

# COQUE - RECIFE: TERRITÓRIOS ANFÍBIOS DO CAPIBARIBE

**ROBERTA KELLY FERNANDES DA SILVA**

*Graduada em Licenciatura em Geografia – UFPE,  
[robertakellype@hotmail.com](mailto:robertakellype@hotmail.com)*

**DANIELLE RIBEIRO FERREIRA DA SILVA**

*Graduada em Medicina Veterinária – UFRPE,  
[daniellerfs17@hotmail.com](mailto:daniellerfs17@hotmail.com)*

## RESUMO

O trabalho enfoca o estilhaço de “territórios anfíbios” do Coque na cidade do Recife às margens do rio Capibaribe. O propósito do estudo assenta-se na relação construída pelos moradores com os espaços estuarinos, seus usos, relações vividas e apropriações materiais e simbólicas em face à urbanização em curso, que tende a diluir o convívio com os espaços da “maré”. Situado nas circunvizinhanças dos bairros centrais de São José e Afogados, na chamada ilha de Joana Bezerra, o Coque teve sua ocupação inicial engendrada pela chegada de famílias pobres aos mangues do Capibaribe, ainda na primeira metade do século XX, sobretudo de migrantes vindos das secas do sertão nordestino. Batendo o solo frouxo dos alagados, construíram seus mocambos, passando a se alimentarem das ofertas existentes no mangue: caranguejos, crustáceos, peixes... Em razão do quadro de penúria e descaso social, inúmeras mazelas assolaram à zona de mocambos, sobressaindo a violência urbana. Entre 1970-80, a comunidade passou a ser cultuada de forma negativa, estigmatizada, como um reduto da criminalidade, não obstante à luta dos seus moradores por um espaço de moradia em face às coações do Estado e de outros agentes espaciais interessados na desapropriação daquela área próxima ao centro e à Zona Sul da cidade. Malgrado o quadro esboçado, o Coque resiste em seu cotidiano comum, marcado pelo engajamento e contato amigável de seus moradores dentro de um estilhaço de territórios, que se mostra mais despedaçado às margens do Capibaribe, nos múltiplos espaços de uma vida estuarina, por entre becos, palafitas, aterros, tanques, viveiros e invasões da mistura incerta de terra e água do Recife. Nesta “geografia da maré” apreende-se memórias, estratégias territoriais e geossímbolos, interpretando e cartografando os espaços do passado e do presente, numa releitura do mundo vivido do Coque, ainda marcado por uma aproximação dos indivíduos com o meio circundante. Embora o mimetismo do “homem-caranguejo” de Josué Castro não seja tão evidente, aqui e acolá, percebe-se outros vínculos com o “mangue”, a “maré” e o “rio”, onde as casas, ruas, os quarteirões, aterros (feitos com conchas e carapaças de mariscos) e as próprias pessoas evocam ligações com as margens lamacentas do Capibaribe. Isto se faz presente no espaço da antiga Ponte Gaiola, no lendário Beco da Morte, nas palafitas e viveiros da Areinha, na Realeza, entre outros “territórios anfíbios” do Coque.

**PALAVRAS-CHAVE:** territórios anfíbios; rio Capibaribe; Coque; Recife.

## ABSTRACT

The work focuses on the "amphibious territories" shard of Coque in the city of Recife on the banks of the Capibaribe river. The purpose of the study is based on the relationship built by residents with estuarine spaces, their uses, lived relationships and material and symbolic appropriations in the face of ongoing urbanization, which tends to dilute the conviviality with the spaces of the tide. Located in the vicinity of the central districts of São José e Afogados, on the island called Joana Bezerra, Coque had its initial occupation engendered by the arrival of poor families in the mangroves of Capibaribe, still in the first half of the twentieth century, especially of migrants from the droughts of the northeastern backlands. Tapping the loose soil of the floodwaters, they built their mocambos, beginning to feed on the existing offerings in the mangrove: crabs, crustaceans, fishes ... Due to the lack of social penury and neglect, numerous ills ravaged the mocambos zone, urban Between 1970-80, the community began to be worshiped in a negative way, stigmatized, as a center of crime, notwithstanding the struggle of its residents for a living space in the face of the coercion of the State and other space agents interested in the expropriation of that area near the center and the South Zone of the city. Despite the outline, Coque resists its common daily life, marked by the engagement and contact often of its

inhabitants within a shattering of territories, which is more shattered on the banks of the Capibaribe, in the multiple spaces of an estuarine life, among alleys, stilts, landfills, tanks, nurseries and invasions of the uncertain mixture of land and water of Recife. In this "geography of the tide", we capture memories, territorial strategies and geosymbols, interpreting and mapping the spaces of the past and the present, in a re-reading of the lived world of Coque, still marked by an approximation of the individuals with the surrounding environment. Although the mimicry of Josue Castro's "man-crab" is not so obvious, here and there, there are other links with the "mangrove", "tide" and "river", where houses, streets, blocks, landfills (made with shells and shellfish shells) and the people themselves evoke links with the muddy banks of the Capibaribe. This is present in the space of the old Gaiola Bridge, in the legendary Beco da Morte, in the stilts and nurseries of Areinha, in Realeza, among other "amphibious territories" of Coque.

**KEYWORDS:** amphibian territories; Capibaribe river; Coque; Recife.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa mostrar a importância dos ambientes estuarinos na construção de espaços e lugares onde acontecem práticas de subsistência e moradia, culminando em construções de territórios, identidades e lugares de memórias que se moldam no decorrer do processo de modernização urbanística da cidade do Recife.

Nesse sentido, a pesquisa busca investigar como na atualidade os moradores da comunidade do Coque, localizada no complexo estuarino sul da cidade do Recife se relacionam com o sítio histórico geográfico de origem, de acordo com os ambientes estuarinos (o "rio", a "maré" e o "mangue"), considerando o processo de urbanização e a redução do contato da comunidade com seu meio anfíbio original.

Além disso, a pesquisa mostra como se deu o surgimento e a habitação da comunidade frente aos processos naturais, político-sociais, econômicos e culturais da Cidade do Recife, tentando entender como os moradores dos diferentes territórios da comunidade, se relacionam com os ambientes anfíbios do Coque e da cidade, identificando assim os fatores que aproximam e afastam alguns dos habitantes desses ambientes estuarinos e como fazem usos desses ambientes aquáticos nos aspectos materiais e simbólicos nos dias atuais.

## 2. METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Quanto aos procedimentos metodológicos, a investigação pode ser condensada como se segue. As etapas do projeto consistiram em: revisão de literatura especializada acerca dos conceitos-chaves de Geografia; revisão bibliográfica e iconográfica, referentes à história de ocupação da comunidade do Coque na cidade do Recife; levantamentos socioeconômico, com base no Atlas do Desenvolvimento Urbano da

Região metropolitana do Recife (Prefeitura Municipal do Recife, 2011); planejamento de trabalhos de campo, os quais foram realizados em setembro de 2015, no evento do Sítio Cajueiro, cuja proposta foi divulgar para a comunidade o processo e o resultado causado pela desapropriação dos moradores daquela área para construção do complexo viário Joana Bezerra.

Já em janeiro de 2016, com o grupo do laboratório LECgeo, realizou-se uma caminhada investigativa pela comunidade, quando realizamos observação direta da paisagem e conversamos com alguns moradores sobre a história de ocupação do Coque até os dias atuais. No segundo semestre de 2017, houve uma aula de campo do grupo da disciplina Geografia Cultural (graduação Geografia UFPE) do professor Bruno Maia Halley com objetivos didáticos para elaboração de um relatório sobre as diferentes paisagens do Coque. No primeiro semestre de 2018, foram realizados mais dois campos com entrevistas semiestruturadas baseadas numa abordagem do espaço vivido, levando em consideração os diferentes territórios e formas de relações com os ambientes anfíbios da comunidade do Coque.

Todas as etapas de campo foram seguidas de análises individuais e com o grupo de pesquisa LECgeo de modo a processar e interpretar as informações colhidas. Ao mesmo tempo, é necessário registrar que realizei registro fotográfico autoral do espaço em estudo, sendo que muitas de minhas fotos compõem a presente monografia. Membros das equipes que apoiaram a etapa de campo também cederam seus registros para o trabalho, o que resultou num banco de dados de imagem. Também realizei visitas ao Museu da Cidade do Recife, FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco), IAHGP (Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano), e FUNDAJ (Fundação Joaquim Nabuco).

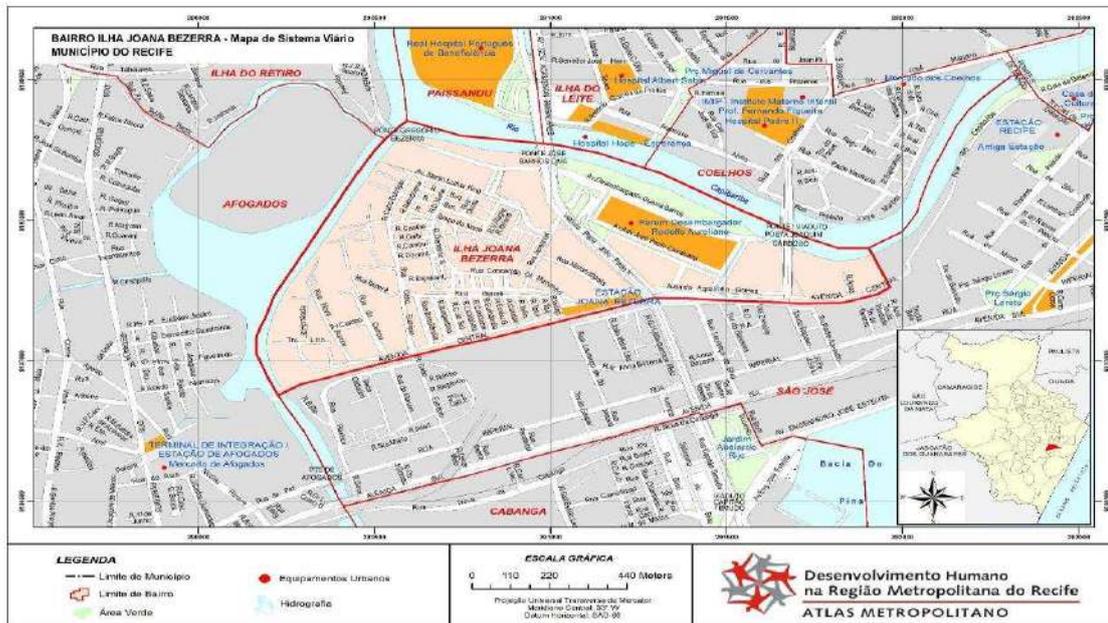
Tomamos como embasamento teórico para análise dos conteúdos aqui considerados, referentes ao lugar, à memória e suas resistências territoriais: Castro, Halley, Freitas, Haesbaert, Holzer, Raffestin, Ferreira, buscando mostrar a importância da história de luta dos moradores do Coque diante das especulações imobiliárias que a comunidade sofreu em seu passado e ainda sofre em seus dias atuais.

Ao norte, a comunidade é limitada pelo Rio Capibaribe; ao sul, pela Rua Imperial; ao leste, pelo supracitado viaduto e, ao oeste, pelo braço norte do Rio Capibaribe. Localiza-se a 2,89 km do Marco Zero da cidade do Recife e 3,5 km de Boa Viagem. Portanto, para efeito desta investigação, estarei considerando o Coque como uma parte da Ilha Joana Bezerra, conforme a figura 2.

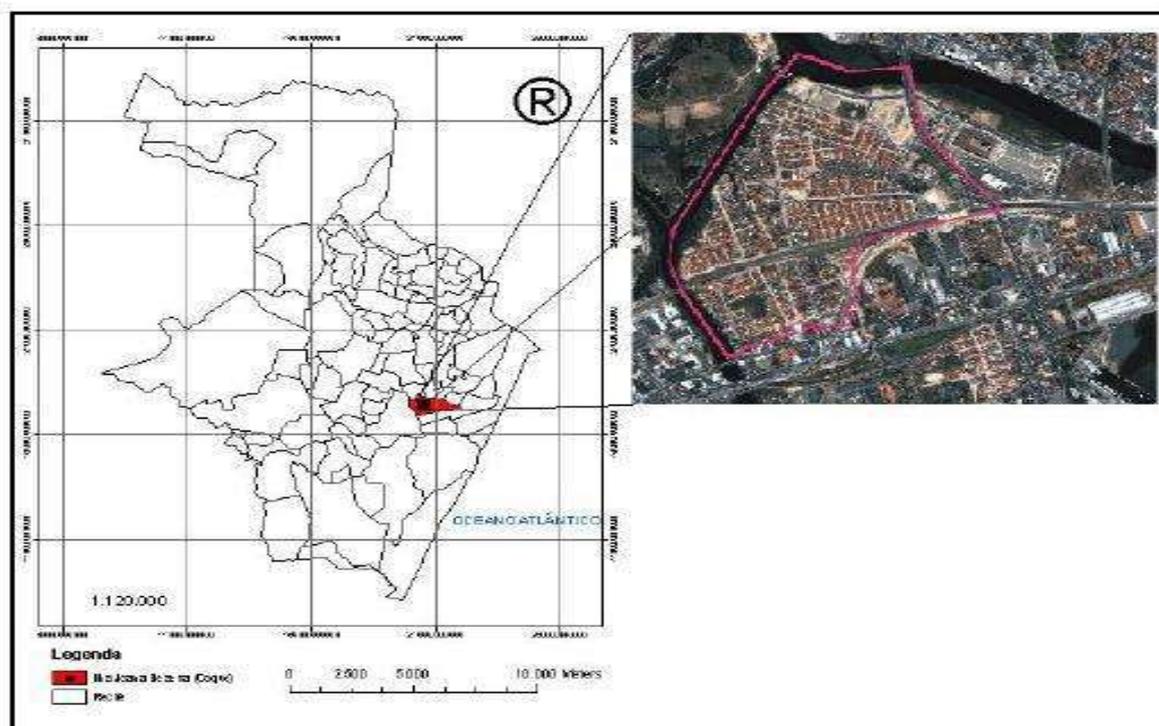
## **2.1 Área de estudo**

A comunidade do Coque está situada na “Ilha Joana Bezerra” ou “Ilha Anna Bezerra”, nome de uma antiga moradora da área (FREITAS, 2005, p. 256), entre os bairros de Afogados, Ilha do

Leite, Ilha do Retiro, Paissandu, Coelhos, São José e Cabanga. Para a Prefeitura da Cidade do Recife, em sua divisão político-administrativa atual, insere-se no bairro “Ilha Joana Bezerra”, em sua porção oeste, separada da parte leste pelo Viaduto Papa João Paulo II, conforme a figura 1.



**Figura 1:** Bairro Ilha Joana Bezerra e comunidade do Coque  
 Fonte: CENSO Demográfico, 2010. Resultados do universo: características da população e domicílios. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 mar. 2018



**Figura 2:** Localização da Comunidade do Coque na cidade do Recife. Fonte: OLIVEIRA, 2010

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 Coque: Nos meandros de uma história anfíbia no Estuário Sul da Cidade do Recife.

Nos diversos territórios percorridos, vários foram os relatos sobre o surgimento do nome Coque. No decorrer das entrevistas, os moradores davam suas versões de acordo com o que seus familiares tinham lhes contado, como por exemplo, a de que o bairro teria sido aterrado com as sobras da pedra chamada Coque, um derivado da hulha utilizado como combustível pelas locomotivas. Outros relataram que o nome da comunidade foi em homenagem ao engenheiro inglês da Rede Ferroviária, chamado Gaspar Cook, cuja função era de fiscalizar, mas não impedia que aquelas pessoas construíssem suas moradias de palafitas na beira da linha do trem. Também de que se tratava da existência de uma Vila de Coqueiros onde viviam os pescadores. Ou ainda, segundo Freitas (2005), a área ficou conhecida como foco de desordem, onde os moradores eram gente brava, de cabeça dura, então denominaram de “cocudos”.

Sobre as primeiras ocupações na comunidade, se deram pelos migrantes vindos da Zona da Mata, Agreste e do Sertão nordestinos. Josué de Castro (2001), relata que eram retirantes de outras secas, e expulsos de outro latifúndio, o do açúcar, onde somente se trabalhava e não se podia acessar para plantar algo que pudesse matar a fome de sua família. Foi no latifúndio da lama que os retirantes viram a possibilidade de matar sua fome e fincar suas moradias, formando sua crosta de mocambos.

Sobre tais terrenos alagadiços o Coque fincou suas habitações e construiu parte de sua identidade, de suas histórias de vida, como podemos observar na fala de Dona Paulina, moradora do local (de quando chegou com os pais vindos do interior do Estado, Caruaru): “Eles falavam que aqui era mangue, e ainda é mangue, e as pessoas vinham chegando, aterrando e fazendo suas casas aqui. A gente vivia morando perto da maré. Quando era tempo de maré grande, a maré enchia, chegava até as casas. Depois secava e a gente enxugava” (SENHORAS DO COQUE, 2011 p.18).

Também podemos observar na descrição feita em 1816 pelo francês Louis-Francis Tollenare, a qual mais se aproxima de uma descrição da paisagem dos alagados do Coque:

Só se pode sair de Santo Antônio pelo aterro do sul chamado dos Afogados, o qual conduz a uma bonita povoação situada a uma légua da cidade, atravessando uma planície arenosa e pantanosa coberta de mangues, que servem de refúgio a miríades de caranguejos [...] Há sobre o aterro algumas

cabanas feitas de folhagens, nas quais habitam mulatos e negros livres [...] o mangue, o coqueiro e o dezendeiro [dendezeiro] foram as árvores que mais provocaram a minha atenção no meu passeio pelo aterro de afogados; o campo é geralmente plano arenoso e pantanoso. [...] Saímos pelo aterro dos afogados e seguimos a princípio para o sudeste, através de uma planície de areia coberta de mangues e frequentemente alagada pelo mar; aqui e ali víamos algumas miseráveis palhoças.” (TOLLENARE *apud* BARRETO, 1994, p.40).

As regiões de alagados se destinavam às pessoas que não tinham propriedades em áreas mais secas, e com infraestrutura inadequada para a sobrevivência. Aos poucos, com muita luta, as pessoas iam construindo suas casas, suas malocas e mocambos, denominações locais para as habitações populares improvisadas antes que o termo barraco ou favela, vindos do Rio de Janeiro, se tornassem dominantes.

A imagem abaixo reflete as ocupações citadas acima. Nesse caso, um exemplo das ocupações no bairro de Afogados fronteiro ao Coque, de modo que podemos observar as casas construídas com a próprio barro do mangue e a área alagada ao redor. Segundo Freitas (2005), p. 263: “Com a consolidação do setor comercial, muitos dos antigos capangas vindos do interior do Estado passaram a se estabelecer definitivamente nessa região. Mediante um processo de ocupação espontânea, eles deram início a construção dos chamados mocambos”.



**Figura 3:** Alagadiço e Mocambos do Bairro de Afogados - Recife 1930.

Fonte: Fidanza. Disponível em: <[http://www.picluck.net/media/1395893739565845704\\_1904906654](http://www.picluck.net/media/1395893739565845704_1904906654)>. Acesso em 15 mar. 2018.

Portanto, “Tudo o que então havia naquela área era uma grande coroa de lodo que o rio nunca cobria, nem mesmo nas suas marés de enchente e sobre a qual quatro ou cinco moradores tinham fincado os seus mocambos no meio da garranchada dos mangues” (CASTRO, 2001, p.105). Aos poucos, a comunidade foi desenvolvendo outras formas de habitações, ainda bastante precárias, como mostra a figura abaixo, onde se observam casebres com cobertura de palha,

aterros prosaicos de baixa altitude em meio a extensos alagados e pontes ou passagens de pedestres assaz improvisadas, onde se veem crianças circulando e animais domésticos.

A imagem a seguir (Figura 4) também retrata a descrição feita por Josué de Castro (2001, p. 16): “As casas entrando por dentro da maré, a maré invadindo as casas. Os braços do rio passando pelo meio da rua e a lama envolvendo tudo”. Percebe-se, então, o valor explicativo do quadro geográfico “maré”, como uma característica física e simbólica do espaço local, somando-se ao rio e ao mangue. Onde os moradores teciam suas redes de sociabilidade, como também, construíam e fortaleciam suas identidades, suas territorialidades, seus lugares vivência e de resistência.



**Figura 4:** Os “seres anfíbios” no Coque na década de 1970. Fonte: Ferreira (2011).

### **3.2 Um lugar de resistência e de fortalecimento das identidades socioterritoriais**

Desde o processo de povoamento, a comunidade do Coque foi estigmatizada como sendo um lugar de violência, pela política e pela mídia, não sendo reconhecido como um resultado da ausência de políticas públicas, pois toda intervenção política nessa região era feita com o objetivo de expulsar os moradores. Vários foram os fatos ocorridos na tentativa de remover os moradores da comunidade. Diante disso, alguns grupos da época se reuniram para lutar em prol do interesse coletivo, e, assim, da posse da terra, como por exemplo, o Grupão, fundado no início da década de 70 e o Barracão, fundado no início da década de 80, que além da posse da terra, reivindicava uma melhor infraestrutura para a comunidade, como a drenagem das ruas, construção de postos, creches, escolas, dentre outros.

Havia mobilizações sociais de representações coletivas dos moradores do lugar, em busca de melhorias para o seu território, na tentativa da construção do espaço do cidadão, principalmente devido à desigualdade social, que não reconhece o lugar do outro como algo que o pertence por direito. Alguns eventos de tentativas de expulsões ocorreram, como por exemplo na cheia de 1971, onde vários mocambos daquelas áreas beirando o rio (a antiga pitangueira e atual Ilha do Zeca) foram derrubados e muitos moradores foram deslocados para outras áreas distantes da comunidade.

Muitos dos moradores que resistiram tiveram que ocupar outras áreas, onde precisaram, muito deles, aterrar boa parte do mangue para construção de suas casas. Outro acontecimento se deu na substituição do trem para a construção do metrô (década de 1980), onde várias famílias foram relocadas, muitas delas sem ter para onde ir, pois muitas das casas prometidas ainda não tinham sido finalizadas. Ainda nos meados dos anos 1970 e início dos anos 80, foi pensado um projeto da construção de um shopping center no território onde hoje se localiza o Fórum Rodolfo Aureliano, que não se concretizou pela articulação da comunidade com os movimentos sociais, onde em embate com o Estado na luta da terra como dignidade, os moradores conseguiram se manter na comunidade.

Deste modo, percebe-se que a luta pela posse da terra e da moradia foi e ainda é um dos temas mais frequentes do território Coque, dos seus habitantes em busca do seu lugar de dignidade e cidadania. A comunidade ainda sofre ameaças de remoção em prol da urbanização e modernização da cidade, cujos grupos hegemônicos e Estado não levam em consideração a história da ocupação, tampouco a luta e solidariedade dos moradores do Coque na construção e reconhecimento de seus territórios.

Desta forma, o Coque, por estar localizado em área central e estratégica do Recife, é alvo da especulação imobiliária, como, no caso, da tentativa de implantação do pólo jurídico, o qual abrigaria várias instituições judiciárias, como TJPE (Tribunal de Justiça de Pernambuco); OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); MPPE (Ministério Público de Pernambuco); ESMAPE (Escola Superior de Magistratura de Pernambuco), a Defensoria Pública e o Fórum Criminal, dentre outras unidades que possam vir a existir diante da dinâmica judiciária. Como pode-se observar na Figura 5, com a proposta de intervenção na comunidade.

As investidas não param em retirar os moradores do Coque, que ignoram a ocupação, a história e a luta dos moradores da comunidade, como por exemplo, na implantação de projetos de mobilidade urbana associados à preparação para a Copa do Mundo de 2014. A implantação de obras de ampliação do sistema viário de acesso ao Terminal Integrado Joana Bezerra, no lugar

chamado Sítio do Cajueiro, atingiu quase 60 famílias moradoras do Coque, que foram tratadas com desrespeito, contradizendo à legislação de proteção à moradia. Muitos moradores não sabiam da existência do projeto quando foram convocados a comparecer à Procuradoria Geral do Estado para negociar os valores das indenizações. Sem alternativas para contestações, moradores que residiam no sítio passaram a ocupar a área ao lado, que estava “livre”.



**Figura 5:** Coque e circunvizinhas. Vide as ocupações pensadas para o Polo Jurídico.  
Fonte: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/tag/polo-juridico/>>. Acesso em 25 jun. 2018.

Isso também aconteceu na retirada das casas da beira do canal Iborã, onde os valores das indenizações não foram suficientes para os moradores comprarem outra casa e viver dignamente na comunidade. Como pode-se observar na Figura 6, o sítio sendo usado como estacionamento de carros. Na Figura 7, o sítio como depósito de “ferro velho”, lixos e criação de animais. Na Figura 8, o canal Iborã com suas residências às suas margens, e na Figura 9, o resultado da retirada das moradias em prol da Copa do Mundo de 2014.



**Figura 6 -** O sítio como estacionamento de carros.  
Fonte: Arquivo das autoras, 2017.



**Figura 7 -** O sítio como depósito de ferro velho e criação de animais.  
Fonte: Arquivo das autoras, 2017.



**Figura 8:** Canal Ibiporã e residências.  
Fonte: Arquivo das autoras, 2017.



**Figura 9:** Retirada das moradias às margens do canal Ibiporã. Fonte: Arquivo das autoras, 2017.

Desta forma, a comunidade continua na luta pela legalização e posse da terra, de seu território, de seu lugar de moradia. A ação iniciada nos anos 1970 permitiu à área ascender à condição de Zona Especial de Interesse Social - ZEIS<sup>10</sup>, em 1983, incluindo dentre outros, 24 territórios, como Brasília Teimosa e Coelhos que, “historicamente, sofreram intensas pressões para a remoção de sua população e se tornaram marcos da resistência popular” (MIRANDA & MORAES, 2004).

Para muitos, a ZEIS Coque é um lugar de violência, de entrave nas obras de desenvolvimento e urbanização da cidade. Para as empreiteiras, um território estratégico para expandir possíveis construções. Mas, para os habitantes da comunidade que constroem, vivem e sentem o lugar, o Coque é mais que um bairro, é sua casa, o lugar onde tecem suas histórias, suas memórias. Memórias essas coletivas e cotidianas de lutas e resistências sociais, que estarão sempre vivas. Pois, segundo Halley (2010, p. 221): “É na resistência que se dá através de pequenos atos corriqueiros, aparentemente sem sentidos que marcam o ritmo e a alma do lugar. Trata-se das sintomáticas relações permeadas por uma série de enredos que engendram o envolvimento mútuo dos moradores no local de residência”.

Percebe-se que as identidades do Coque estão ligadas a este processo de luta por conquistar e permanecer no lugar, transformando água, lama, mangue, maré em espaço de moradia

---

<sup>10</sup> Zonas Especiais de Interesse Social. As ZEIS são definidas como “assentamentos habitacionais populares, surgidos espontaneamente a partir de ocupações em áreas públicas e privadas, não dispendo de infraestrutura básica de urbanização e sem ter sua situação fundiária regularizada” (FASE, 1997, p. 6).

e de vida. Como podemos ver na fala da moradora Leonice, 63 anos<sup>11</sup>: “Quando eu vim morar no Coque eu vim morar numa casa de mocambo. E a gente vivia assim, foi criando os meninos assim, mesmo dentro d’água, no barraco, não era palafita não, mas era barraco ilhado. Até porque ela era de palha de côco”. Também percebemos a conquista do território na fala de Seu Rubens, 85 anos:

**Meu pai quando chegou aqui passou a ser foreiro e poçeiro da marinha. Isso aqui era mangue, tudo mangue, aí foi quando veio a marinha e ele ficando pagando o foro dessa área do terreno tudinho aqui, pagou por muitos anos. Já nasci aqui no Coque com meu pai dono de viveiro. Meu pai veio de São Caetano com 14 anos começou a trabalhar pra uma família aqui na Madalena e nessa família ele reformou e foi construir família.<sup>12</sup>**

Pois, segundo Raffestin (1993, p. 50): “O território (...) é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si”. Ou ainda: “Território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural” (BOLIGIAN & ALMEIDA, 2003, apud SILVA, 2009, p. 109).

Dessa forma, observamos o quanto os moradores lutaram para conquistar e construir de forma corajosa seus territórios, seus lugares de moradia e continuam lutando para permanecer com suas histórias vida e resistência, pois os lugares são construídos como uma condição para a produção da vida de suas famílias.

Sendo assim fundamental fortalecer o sentimento de pertencimento de seus territórios na construção de suas identidades socioespaciais, de luta e resistência, dos seus valores ideológicos e culturais, ou seja, o Coque é um lugar de partida para a mediação das relações de poder dos processos de participação coletiva na construção de suas identidades socioterritoriais, que são construídas e “definidas através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto na realidade concreta, o espaço geográfico construindo assim parte fundamental dos processos de identificação social”. (HAESBAERT, 2004, p. 104). Pois, “o lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. Não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado” (TUAN apud HOLZER, 1999, p. 70).

---

<sup>11</sup> Entrevista realizada em julho de 2018.

<sup>12</sup> Entrevista realizada em junho de 2018.

### 3.3 As variadas formas de vivências com os ambientes anfíbios do Coque

No Coque existem diversas paisagens de pertencimento, de experiências múltiplas que se materializaram nos diversos territórios, através da troca de suas histórias de vida, muitas delas vindo de outras regiões do Estado. O território é um mosaico de pertencimentos e de afetividades. A exemplo da cidade do Recife, como mostra Josué de Castro:

O Recife é todo esse mosaico de cores, de cheiro e de sons. Nesse desadornado caos urbano, reflexo confuso da fusão violento de várias expressões culturais, só uma coisa tende a dar um sentido estético, próprio a cidade. (...) É a paisagem natural que a envolve. O seu mundo circundante, com seus acidentes geográfico e sua atmosfera sempre em vibração, varada em todos os sentidos pelos reflexos intensos da luz sobre as águas (CASTRO, 1937, p.16).

A comunidade, na verdade, pode ser lida como um grande mosaico de territórios, onde existem diferentes identidades territoriais, diferentes morfologias urbanas, diferentes casas, como: alvenaria, palafitas, diferentes dinâmicas, expressões, tempo, relações, práticas com seus espaços. Pois, com o processo de urbanização e modernização no decorrer dos anos, foi culminando na criação de outros diferentes territórios existentes atualmente, onde os moradores foram nomeando para se localizarem, bem como se reconhecerem. Alguns lugares foram aos poucos sendo transformados e conseqüentemente, esquecidos por boa parte da população da comunidade, mas também existem muitos outros, ainda fortalecidos na memória de muitos habitantes do Coque, onde muito deles acabaram se tornando geossímbolos, como podemos observar no mapa abaixo as várias formas de reconhecimento desse mosaico na paisagem do Coque.

Dessa forma, de acordo com as entrevistas, foi desenvolvido um mapa onde podemos ver uma forma de legitimar seus territórios, e reconhecer suas diferentes territorialidades, como forma de expressar seu cotidiano, fortalecendo a memória afetiva de cada espaço, criado e recriado, que vão ganhando sentido no decorrer de suas vivências e experiências de seus lugares. Ressaltando que essas denominações não são oficiais, como também podem não ser reconhecidas por outros moradores ou ainda podem existir várias outras.

O mapa a seguir foi criado a partir das informações colhidas durante as entrevistas com os moradores da comunidade para mostrar outras formas que os moradores foram, em sua maioria, criando e nomeando para se localizarem nos espaços que moram e circulam, no seu dia a dia.

Desta forma, existem vários “coques” no Coque, que existem diversas territorialidades, várias formas de relacionamento com os diversos ambientes existentes na comunidade. Fomos ouvindo vários relatos com diferentes pessoas dessas várias territorialidades, onde muitos



São esses e vários outros ambientes que vão surgindo, sendo criados e recriados, e vão ganhando sentido de acordo com a dinâmica e afinidade das relações dos moradores desses lugares na comunidade, e também como forma de localização de suas moradias.

A relação dos moradores com esses vários territórios da comunidade se dão de forma diversas, como por exemplos nos ambientes anfíbios, do rio, da maré e do mangue, onde antes na sua ocupação, a população em sua maioria, tirava do mangue e do rio seu sustento, tinha nesses ambientes as práticas de seus cotidianos, de suas vivências e sobrevivências. Como podemos ver na fala do morador:

Em relação ao rio, ao mangue e a maré é o seguinte: Dinheiro não existia, o mangue era o que sustentava o povo que não tinha dinheiro, porque no mangue tinha o caranguejo, tinha o aratu, tinha o sururu que dá no pé do mangue, que tem uma bucha, quer dizer você não tinha dinheiro, mas se tivesse a farinha...ou pegava uma tarrafa pra pescar, as pessoas tinham com o que se alimentar [...] Na antiga garagem da São Geraldo era tudo mangue, você não podia pescar no viveiro, o viveiro tinha dono. Mas no mangue você podia pescar e podia tirar o que você procurasse. Antigamente tinha muito caranguejo, hoje tá até proibido tirar, porque tão tirando demais (Antônio, 78 anos).<sup>14</sup>

Outro relato do tempo em que os moradores tinham contato direto com os ambientes anfíbio afim de obter o sustento de suas famílias:

Na maré tem o mangue, caranguejo. Ainda se acha o camorim, que o que dá mais aqui é camorim, que a galera pesca, é espinha que só, mas é o único que tem. Mas já foi melhor, principalmente quando a gente morava ali no bueiro, é por isso que eu digo que antigamente era melhor, porque você ia pra debaixo da ponte, você pescava não era nem esses peixes, camorim, nunca nem vi, mas tinha aqueles outros peixes, aqui tinha muito viveiro. Quando chegava quaresma a gente tinha peixe de graça, porque davam a gente. Hoje em dia ninguém dá peixe a ninguém não. Tinha diversos viveiros por aqui, como ali na antiga Pitangueira, na atual Ilha do Zeca. Hoje em dia é bonito, tudo é lindo aí, a casa é bonita, mas o que você passa de sufoco se não tiver uma renda de nada é melhor você ir lá pro sinal, que é o único meio que eu também tô vendo de sobrevivência por aqui (Maria Aparecida, 48 anos).<sup>15</sup>

Mas, com o processo de urbanização, as demandas foram sendo outras em relação à necessidade de se manter e manter suas famílias, muitos de seus habitantes foram cada vez mais procurando outras formas de se sustentar. Muitos deles foram buscar trabalho fora da comunidade, o que ocasionou um certo afastamento das práticas com os ambientes anfíbios, apesar de ainda existir alguns moradores que mantem a prática da pesca ou que são donos de viveiros de camarão e peixe, onde cultivam para vender na feira de Afogados ou no Mercado de São José, segundo relatos de alguns moradores.

---

<sup>14</sup> Entrevista realizada em maio de 2018.

<sup>15</sup> Entrevista realizada em maio de 2018.



**Figura 11:** Imagem do Google Earth com vista aérea e ampliada ilustrando os tanques de viveiros da Ilha do Zeca, em sua maioria de camarão. À direita, a comunidade do Coque, e à esquerda, a comunidade do Caranguejo e a Ilha do Retiro. Fonte: Direitos Urbanos – Recife. Disponível em: <[https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/05/03/breve-rela\\_to-da-audiencia-sobre-a-ilha-do-zeca/](https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/05/03/breve-rela_to-da-audiencia-sobre-a-ilha-do-zeca/)>. Acesso em 25 junho de 2018.

Em muitos dos relatos durante as entrevistas, os moradores sempre falavam da relação com os ambientes anfíbios do Coque de forma saudosa e intensa no sentido de que, mesmo com todas as dificuldades daquela época, dos mocambos, das palafitas, das enchentes, esses ambientes lhes proporcionavam o alimento, o sustento, a partilha para com os demais habitantes. É preciso, no entanto, considerar uma grande parcela da nostalgia dos moradores em relação às suas memórias afetivas. Porém, isto não quer dizer que os mesmos não tenham apreço e amor aos lugares que construíram.

Pois, no decorrer das entrevistas, em muitos relatos pode-se observar que mesmo com toda mudança da dinâmica de urbanização da comunidade, ainda se tem uma relação com esses ambientes. As relações hoje não são necessariamente de sobrevivência, mas de contemplação, de entendimento da dinâmica das marés, da consciência ambiental, como percebido na fala do morador Reginaldo, 50 anos:

“Maré” é o termo pejorativo que a gente usa, por estar próximo do mar e o mar com a conjunção do rio se torna em maré, porque é um água salobra, não é uma água doce, ela se torna doce lá em Santa Cruz do Capibaribe até se encontrar aqui no Recife Antigo

junto com o mar. Então aqui ela sofre a tábua da maré, ela sobe e desce. Lá em Santa Cruz não existe ela subir e descer. 6 horas ela sobe, 6 horas ela desce.<sup>16</sup>

Além de contemplar e de ter consciência ambiental, a moradora Nazaré, de 56 anos, relata suas experiências com esses ambientes, mas agora com sua família, no caso, os netos.

Antigamente não tinha esse mangue aí, ele foi plantado, só tinha do outro lado, no caso dos viveiros (Ilha do Zeca). Já tomei muito banho aí há muitos anos atrás, não tenho medo, mas de vez em quando os meninos tomam banho aí quando ela enche, ela nunca esborrou não. Não teve cheia porque a cheia já vem de cima. O rio sempre foi assim, antes era mais limpo agora tá mais sujo. Antigamente aqui os meninos pegavam caranguejos, camarão. Hoje em dia não tem mais nada com tanta poluição e tanto lixo, muita coisa eles jogam mataram os peixinhos. Antes eles pegavam de mão assim, agora não tem mais camarão, peixe... Tem gente que pesca em cima da ponte o peixe camorim [...] agora mesmo ela tá seca porque tá enchendo, e mais tarde ela tá cheia, bem bonitona. Chega fica azul e faz umas ondas. Ela enche todinha e fica toda por igual. Aí um dia desse eu tirei umas fotos porque achei engraçado, interessante que meus netos tavam com os pés na água e eu tirando e ela fazia umas ondinhas bem bonitinhas. Quando ela tá bonitinha dá até vontade de levar os bichinhos pra tomar banho, agora é salgada viu, os meninos dão banho nos cavalos.<sup>17</sup>

Ainda de forma nostálgica, outro morador, o Sr. Jairo, de 45 anos, relata práticas de banhos no rio, na maré e de consciência da mudança na dinâmica desses ambientes anfíbios.

Já tomei tanto banho nesse rio aí, é como se diz: nascer em Recife e não tomar banho no Capibaribe. Hoje em dia quem toma banho aí é doido. Quantas vezes a gente não pulou ali daquela ponte de Afogados, na ponte onde passa o metrô, que antigamente era trem. A vida da gente quando era criança era dentro desse rio aí, a gente não tinha necessidade de ir pra praia, tomava banho aqui na maré, passava o dia todinho tomando banho. Dificilmente morria um aí afogado. Mas hoje em dia você vê é lama de um lado e de outro e antes era areia de um lado e de outro.<sup>18</sup>

Como também, ainda persistem algumas práticas de lazer em relação a maré, ao rio e ao mangue. Como podemos observar nas imagens dos garotos tomando banhos na maré no final da tarde, entre o Coque a Ilha do Zeca (Figuras 12 e 13).

Aos poucos, a morfologia do território da comunidade, mais especificamente as ruas que dão acesso ao rio e a maré vão se modificando em busca de novos espaços dos contínuos aterros ao ponto de fecharem o acesso a maré, ao rio e mangue. Trata-se de formas de negação a esses ambientes (Figura 14), combinadas com outras práticas degradantes ao ambiente que vêm ocorrendo na comunidade, como a de jogar lixo no mangue (Figuras 15 e 16).

---

<sup>16</sup> Entrevista realizada em julho de 2018.

<sup>17</sup> Entrevista realizada em maio de 2018.

<sup>18</sup> Entrevista realizada em junho de 2018.



**Figuras 12 e 13:** Jovens da comunidade tomando banho de maré próximo aos viveiros da Ilha do Zeca  
Fonte: Neves, 2018.



**Figura 14:** Forma de negação aos ambientes anfíbios do Coque  
Fonte: Arquivo das autoras, 2018.

Também vemos que muitos quando falam do Coque contemporâneo, urbanizado e moderno, direcionam para a questão da paisagem, de que as casas estão mais organizadas, de que muitas ruas estão calçadas, muitos têm água na torneira, têm mais opções de lazer, percebidos na fala da moradora:

O Coque hoje em dia tá bonito, pra vista do que era antigamente, um matagal. Hoje em dia a beleza a gente vê, porque aqui tá um cartão postal de pobre. Mas mudou, pra vista que era. Hoje em dia tá bonito mesmo, aí tem tanto lugar mais feioso do que aqui. Boa Viagem tem tanta boniteza, talvez aqui seja até mais bonito, de pobre, mas talvez seja até mais bonito do que Boa Viagem. Tá bem arrumadinho, tem academia, quadra de jogo, coisa que não tinha antigamente. O campo iluminado, as pistas. Tá um Coque bem modificado pra melhor, nesse sentido de paisagem tá bonito (Dona Leonice).<sup>19</sup>



**Figura 15:** Monturos de lixo no conjunto de palafitas à beira do Capibaribe.  
Fonte: Arquivo das autoras, 2018.



**Figura 16:** Poluição às margens e no rio Capibaribe  
Fonte: Arquivo das autoras, 2018.

Pois, mesmo com as transformações ocorridas no cotidiano dos moradores face aos ambientes anfíbios, e, conseqüentemente, com a paisagem da comunidade, os moradores ainda a

<sup>19</sup> Entrevista em maio de 2018.

contemplam, valorizam e resistem para permanecerem no seu lugar de moradia. Verdadeiros territórios onde eles moram, lutam e ressignificam. O Coque, portanto, “Reexiste”.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em seu espaço anfíbio, o Coque apresenta um estilhaço de territórios, materializado em distintas identidades territoriais, revelando aproximações e distanciamentos nas relações sociais construídas junto ao rio Capibaribe, e, assim, à maré e ao mangue. O Coque se encontra imerso em transformações urbanísticas, que vem moldando a paisagem da comunidade, redefinindo relações e práticas dos moradores frente aos ambientes anfíbios.

Mesmo com as mudanças em curso, os moradores ainda possuem uma considerável relação com esses ambientes, seja em relação ao seu pertencimento histórico-cultural, seja em relação ao sítio geográfico do estuário, persistindo no território alguns aterros, palafitas e comunidades pesqueiras com seus viveiros. Embora muitos não dependam das atividades ligadas ao estuário e ao rio, eles possuem suas histórias, experiências e contatos ligados à maré. São memórias que influenciam no cotidiano e no sentido da comunidade, e na própria adaptação às novas formas e sentidos ressignificados nos territórios do Coque.

O mangue e o pântano, antes desvalorizados, agora são alvos de projetos de urbanização e para se defender a população precisa lançar mão da dura história de conquista daquele pedaço do Recife, que antes era desprezado e hoje ainda é estigmatizado pelos não-locais. Um exemplo pode ser verificado no Plano Diretor do Recife, que reúne estratégias, diretrizes e regras que norteiam a política de urbanização da cidade. Para o Coque existem vários projetos relacionados ao meio ambiente, à ocupação do solo e infraestrutura, direcionados à urbanizar a comunidade, mas que foram elaborados sem o conhecimento dos moradores, ou seja, sem a participação da comunidade. A falta de debate leva a um planejamento de cima para baixo, ou seja, não leva em consideração a realidade dos habitantes do bairro.

Portanto, todo projeto pensado para o Coque deve ser elaborado tomando-o como um território conquistado às águas, conquistado no fluxo da maré, onde os moradores construíram territorialidades e memórias de resistência, e é em razão destas práticas que eles continuam a resistir.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas do Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana do Recife, 2011- Nova tiragem. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. de 2018.

BARRETO, A.M.M. **O Recife através dos tempos – A formação da sua paisagem**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1994.

CASTRO, J. de. **Documentário do Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

CASTRO, J. de. **Homens e Caranguejos**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

Censo Demográfico 2010. Resultados do universo: Características da população e domicílios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. de 2018.

Direitos Urbanos – Recife. Disponível em:

<<https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/05/03/breve-relato-da-audiencia-sobre-a-ilha-do-zeca/>>. Acesso em 25 jun. 2018.

FERREIRA, F. L. **Dos alagados à especulação imobiliária**: Fragmentos da luta pela terra na comunidade do Coque. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

FERREIRA, F. L.; PEIXOTO, M. S. L.; VASCONCELLOS, R. M. **Senhoras do Coque**. Recife: Naramundo, 2011.

FREITAS, A.S. **Fundamentos para uma sociologia crítica da formação humana. Um estudo sobre as redes associacionistas da sociedade civil**. 2005. 398 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade: Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 2004.

HALLEY, B. M. **De Chapéu do Sol a Água Fria**: numa trama de enredos, a construção da identidade de um bairro na cidade do Recife. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

HOLZER, W. **O lugar na Geografia Humanística**. Revista Território. Rio de Janeiro, Ano IV, nº 7, p.67-78, jul./dez. 1999.

MIRANDA, L.; MORAES, D. Ainda há lugar para o PREZEIS do Recife? In: III Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico, 2004, Recife. **Anais...** Recife, IBDU, 2004. Disponível em

<<http://ibdu.org.br/eficiente/repositorio/Projetos-de-Pesquisa/congressos-e-seminarios/recife-2004/142.pdf>> Acesso em 15 mar. 2018.

OLIVEIRA, D.V.F. de. **Ativismo de bairro e participação popular na conquista do espaço do cidadão**: Uma experiência a partir do Coque – Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Recife, 2010.

PREZEIS: Instrumento de Luta. Recife: FASE, 1997.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, C. H. da. Território: uma combinação de enfoques – material, simbólico e espaço de uma ação social. In: **Revista Geografar**. Curitiba, v.4, n.1, p.98-115, jan./jun. 2009.